



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº XXX 09/2017

DE, 21 de 12 de 2017.

Processo nº:

1. Identificação

1.1. Título do Projeto:

Pesquisa Analítica para a Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos na Amazônia Legal

OBJETO

Pesquisa e gestão da informação para apoiar as políticas sanitárias, socioambientais e de saúde por meio da gestão sustentável dos resíduos sólidos na Amazônia Legal

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Proporcionar à população da Amazônia Legal o uso de tecnologia e informação para a gestão sustentável de seus resíduos sólidos de forma a impactar positivamente a saúde ambiental através da disponibilização de informações científicas e tecnológicas relacionadas à temática.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Realizar o diagnóstico da geração e destinação dos resíduos sólidos no contexto da Amazônia Legal;
- Disponibilizar informação de cunho científico e tecnológico sobre gestão de resíduos na região da Amazônia Legal;
- Mapear as principais tecnologias disponíveis para a destinação adequada dos resíduos sólidos alinhadas ao contexto amazônico, para que essas tecnologias possam ser utilizadas

individualmente ou de modo combinado;

- Elaborar um guia de fomento a diminuição da geração de resíduos sólidos no médio/longo prazo na região;
- Realizar oficinas com agentes locais para capacitação e multiplicação dos métodos e técnicas de redução da geração de resíduos sólidos;
- Montar um repositório de informações sobre gestão de resíduos sólidos na Amazônia Legal; e
- Divulgar conteúdo em publicações científicas especializadas.

2. UG/Gestão-Repassadora e UG/Gestão-Recebedora

2.1. UG/Gestão repassadora:

Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA

UG: 255000 **Gestão:** 36211 **CNPJ:** 26.989.350/0001-16

Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF CEP: 70070-040

Nome do responsável: Rodrigo Sérgio Dias **CPF:** 225.510.368-01

RG/Órgão expedidor: 39561246 – SSP/SP

Cargo/Função: Presidente

Ato ou decreto de nomeação data: Portaria 404 de 24/04/2017, publicado no DOU Edição Extra de 24/04/2017.

2.2. UG/Gestão Recebedora:

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

UG: 240121 **Gestão:** 00001 **CNPJ:** 04082993/0001-49

Endereço: Quadra 05 Lote 06 Bloco H, 5º andar **CEP:** 70070-912

Nome do responsável: Arthur Fernando Costa **CPF:** 146.433.831-00

Cargo/Função: Diretor-Substituto

Ato ou decreto de nomeação / data: Portaria do Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) nº 4, de 02 de janeiro de 2014, publicada no DOU 06/01/2014, pág. nº 4, Seção 2.

3. Justificativa

Resíduos sólidos, na maioria dos casos, representam matéria-prima mal aproveitada. Eles acusam a baixa eficiência dos processos produtivos e de consumo da sociedade. Esta situação implica, por um lado, no

esgotamento dos recursos naturais, e por outro, na poluição dos ecossistemas e em danos à saúde humana, quando não há destinação adequada dos resíduos. Essa é a realidade para a maioria dos municípios brasileiros. Os lixões ainda estão presentes, embora tenham diminuído bastante nos últimos anos. Ainda assim, há uma discrepância entre os municípios de acordo com seu tamanho. Nos municípios menores (até 30 mil habitantes) os índices de destinação adequada dos resíduos sólidos são baixos, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Na região norte, que engloba a maior parte da Amazônia Legal (mais o estado de Mato Grosso e alguns municípios do Maranhão e Goiás), esta realidade é especialmente problemática. Além da maior parte dos municípios serem pequenos, há condições peculiares relacionadas com a distância entre eles, além do acesso complicado em função da baixa densidade de estradas.

Esta questão se torna ainda mais complexa após a promulgação da lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta lei tem o propósito maior de promover a gestão racional dos resíduos sólidos no país, de forma a minimizar a geração, de implementar a logística reversa e de compartilhar a responsabilidade sobre a geração e destinação adequada dos resíduos. Desde então, todos os municípios do país e o Distrito Federal devem elaborar planos municipais de gestão integrada dos resíduos sólidos (PMGIRS). Tais planos implicam invariavelmente na necessidade de se conhecer a qualidade e quantidade do resíduo gerado, a fim de se elaborar medidas eficientes para minimização da geração e destinação adequada.

Neste contexto, a Amazônia Legal (AL) se encontra em uma situação crítica. Trata-se de uma região extremamente sensível pelo equilíbrio que deve manter entre a conservação do bioma amazônico e o desenvolvimento das cidades. A AL contém 778 municípios, totalizando aproximadamente 25 milhões de habitantes em uma área de cerca de cinco milhões de km². Apresenta uma baixa densidade demográfica, menos de cinco habitantes por km². Contudo há uma grande concentração nas capitais, principalmente Belém e Manaus que abrigam 14% desta população amazônica.



Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal. Fonte: site GeoBrainStorms.

Com relação à geração e destinação de resíduos sólidos na região, não há estatísticas tão precisas. A secretaria nacional de saneamento básico do Ministério das Cidades faz um diagnóstico anual sobre o manejo de resíduos sólidos no Brasil. Este levantamento consta no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os dados que podem ser extrapolados para a AL referem-se à região norte como um todo. Portanto há um conhecimento fragmentado por municípios que necessita ser consolidado através da compilação da informação sobre os municípios específicos que compõem a AL. Outro problema é que este diagnóstico não é um censo, uma vez que não são todos os municípios que fornecem os dados. Na região norte, dos 450 municípios existentes, 246 (55%) participaram do último diagnóstico de 2015.

Estas condições corroboram para a necessidade de se realizar uma abordagem específica para a região da AL. Tal abordagem deve ser mais ambiciosa no sentido de almejar um conhecimento mais profundo sobre a realidade da gestão de resíduos sólidos. Isto vai permitir ações mais orientadas e eficientes para minimizar a geração dos resíduos e para identificar as melhores soluções tecnológicas para a destinação adequada destes materiais. A região amazônica demanda iniciativas mais contundentes para promover de fato o desenvolvimento sustentável.

Entende-se que o mapeamento dessas informações somente é possível através da criação de sistematização de coleta, disponibilização e uso de dados relacionados à gestão de resíduos sólidos através de metodologias que contemplem todo o ciclo da informação.

O presente Termo de Execução Descentralizada (TED) tem como objetivo realizar um levantamento de informações acerca do tipo de resíduo gerado pela população que vive na Amazônia Legal, o modo como tem ocorrido a gestão dos resíduos sólidos no local atualmente, bem como propor processos metodológicos

que visem a redução na geração desses resíduos e a gestão adequada dos rejeitos gerados pela população. Deste modo, este TED entre a Funasa e o Ibict possibilitará o fortalecimento da promoção da saúde pública, principal missão da Funasa, por meio das ações de Saneamento e Saúde Ambiental voltadas para a gestão adequada dos rejeitos, proporcionando assim, melhorias significativas na qualidade de vida humana, bem como na saúde das populações alcançadas e do meio ambiente.

Em vista disso, entendendo-se por unidade descentralizadora aquela representada pelo órgão da administração pública federal direta, autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente detentora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros, e por unidade descentralizada aquela com as mesmas características, porém, recebedora da dotação orçamentária e recursos financeiros, o Decreto nº6170/2007, em seu artigo 12-A, estabelece que o Termo de Execução Descentralizada atenderá à execução da descrição da ação orçamentária prevista no programa de trabalho, e poderá ter a finalidade de realizar as atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora dos recursos.

4. Cronograma Físico:

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Período de Execução	
			Unidade Medida	Qtde	Início	Término
1	ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA					
1.1	Configuração da pesquisa.	Estabelecimento de equipe técnica do projeto;	equipe	1	jan/18	mar/18
1.2	Configuração da pesquisa.	Definir diretrizes e fases da pesquisa.	un.	1	jan/18	mar/18

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Período de Execução	
			Unidade Medida	Qtde	Início	Término
2	REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL					
2.1	Diagnóstico da situação atual	Definição de metodologia de levantamento diagnóstico;	Unidade	1	mar/18	jun/19

2.2	Diagnóstico da situação atual	Coleta de dados definidos na metodologia;	Unidade	1	mar/18	jun/19
2.3	Diagnóstico da situação atual	Análise e sistematização dos dados coletados;	Unidade	1	mar/18	jun/19
2.4	Diagnóstico da situação atual	Disponibilização do diagnóstico em Observatório de dados;	Unidade	1	mar/18	jun/19
3	DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA					
3.1	Metodologia para minimização de geração de resíduos	Estudo da arte de métodos de redução de geração de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
3.2	Metodologia para minimização de geração de resíduos	Elaboração e publicação de guia de minimização de geração de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
3.3	Metodologia para minimização de geração de resíduos	Implantação e avaliação aplicação do guia em 3 cidades piloto;	Unidade	3	mar/18	jun/19
3.4	Metodologia para minimização de geração de resíduos	Disponibilização de informações em repositório temático;	Unidade	1	mar/18	jun/19

4. Cronograma Físico (continuação):

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Período de Execução	
			Unidade Medida	Qtde	Início	Término
4	REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA					
4.1	Tecnologias de destinação de resíduos sólidos	Estudo da arte de tecnologias de destinação de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
4.2	Tecnologias de destinação de resíduos sólidos	Estudo de aplicabilidade de tecnologias de destinação de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
5	DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA					
5.1	Consolidação da pesquisa	Publicação científicas com os resultados da pesquisa;	Unidade	3	mai/19	dez/19
5.2	Consolidação da pesquisa	Eventos de apresentação da pesquisa;	Unidade	1	mai/19	dez/19

. Relação entre as Partes:

Compete à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

- a) Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários para a Entidade Receptora;
- b) Efetuar a transferência dos créditos / recursos orçamentários / financeiros previstos para a execução do objeto deste Termo, na forma e prazo pactuados;
- c) Providenciar a publicação do extrato do Termo de Execução Descentralizada no Diário Oficial da União;
- d) Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Execução Descentralizada, obrigatoriamente, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação de recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- e) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Instrumento no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

- Compete ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

- a) Executar o objeto deste Termo, observando os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos no Plano de Trabalho aprovado;
- b) Receber e movimentar os recursos financeiros relativos a este Termo, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exclusiva e tempestivamente no cumprimento do objeto pactuado;
- c) Prestar assessoria técnica necessária à boa execução do Termo;
- d) Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Termo juntamente com a área técnica do órgão descentralizador;
- e) Fornecer dados, informações e orientações necessários ao bom desenvolvimento e consecução deste Termo;
- f) Designar responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento das atividades deste Termo;
- g) Facilitar a supervisão e fiscalização pela descentralizadora, permitindo-lhe o acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto;
- h) Informar à descentralizadora quaisquer eventos que dificultem ou interrompam a execução do objeto deste Termo;
- i) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo;
- j) Apresentar relatórios atividades trimestrais, contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do Termo, relatório final da execução e outros relatórios quando solicitado pela unidade descentralizadora do recurso.
- k) Prestar conta dos recursos descentralizados no âmbito do presente Termo de Execução Descentralizada em sua tomada de contas anual a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo da União;
- l) Restituir quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Execução Descentralizada, os saldos dos créditos orçamentários e financeiros descentralizados e porventura não empenhados nos respectivos exercícios;
- m) Concluir o objeto do presente Termo nos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho,

permitida a prorrogação desse prazo mediante termo aditivo entre os partícipes.

6. Prestação de contas das atividades:

A Prestação de Contas Final do presente Termo de Execução Descentralizada será realizada pelo parceiro ao término do objeto, devendo ser encaminhado, à unidade descentralizadora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência deste Instrumento, os seguintes documentos:

- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, conforme anexo IV;
- Relatório de Cumprimento do Objeto, conforme anexo V;
- Relatório físico-financeiro, conforme anexo VI;
- Relação de Pagamentos, conforme anexo VII;
- Relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos;
- Razão da Conta.

Sem prejuízo dos documentos anteriormente listados, a Unidade repassadora poderá solicitar, a Unidade recebedora, outros documentos que considerar pertinentes à comprovação da execução físico-financeira dos recursos descentralizados.

No caso de saldos remanescentes, a unidade recebedora deverá realizar a devolução em até 60 dias.

Caberá à recebedora promover, por meio de sua Unidade Gestora, a prestação de contas referente à aplicação e execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos deste Termo de Execução Descentralizada juntamente com sua Prestação de Contas Anual aos seus Órgãos de Controle Interno e Externo da União.

7. Previsão Orçamentária

7.1 Plano de Aplicação:

Para execução do objeto de parceria entre Funasa e IBICT a ser estabelecida entre as partes, está previsto um valor total de R\$ 1.472.047,45 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) a ser descentralizado pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde - Funasa para execução física e financeira do objeto pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia nos termos estabelecidos no presente plano de trabalho.



Programa de trabalho /Projeto/Atividade	Fonte	Natureza da Despesa	Valor (R\$ 1,00)
10.541.2015.20k2.0001	151	33.80.39 - serviço de terceiros pessoa jurídica	576.552,00
10.305.2015.20T6.0001 e/ou 10.541.2015.20k2.0001	151	33.90.39 - serviço de terceiros pessoa jurídica	895.495,45
TOTAL			1.472.047,45

7.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO

M eta	Produtos	Valor Etapa (R\$)	1º ano			2º ano		
			jan/18	mai/18	set/18	jan/19	mai/19	set/19
1	ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	73.602,37						
	1.1 Equipe técnica estabelecida		14.720,48					
	1.2 Plano de trabalho elaborado			58.881,89				
2	REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL	294.409,49						
	2.1 Metodologia do diagnóstico elaborada			103.602,38				
	2.2 Diagnóstico da geração e destinação de resíduos sólidos na Amazônia Legal em sistema informacional específico				190.807,11			
3	DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	441.614,24						
	3.1 Panorama dos métodos de redução de geração de resíduos sólidos				98.136,58			
	3.2 Guia para minimização de geração de resíduos sólidos					97.589,50		
	3.3 Estudos piloto da aplicação do guia de minimização dos resíduos sólidos						245.888,16	
4	REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA	220.807,12						

4.1	Panorama das tecnologias de destinação de resíduos sólidos		110.403,56			
4.2	Cartilha para aplicação de tecnologias de destinação de resíduos sólidos			110.403,56		
5	DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA					
5.1	Artigos científicos sobre minimização e destinação adequada de resíduos sólidos na Amazônia Legal	441.614,24			110.403,58	
5.2	Seminário "Gestão de resíduos sólidos na Amazônia legal – atualidade e perspectivas"					331.210,66
6	TOTAL	1.472.047,45				
6.1						
7	VALOR TOTAL DO DESEMBOLSO					
			1ª PARCELA	2ª PARCELA		
			576.552,00	895.495,45		

7.3 Cronograma de Desembolso – Repassadora

Número da Parcela Liberada (RS)	Execução Física	Data prevista	%	Acompanhamento Valor em R\$
1ª	Relatórios Parciais conforme cronograma de execução	Dezembro de 2018	39,17%	576.552,00
2ª	Relatórios Parciais conforme cronograma de execução	Dezembro de 2019	60,83%	895.495,45
TOTAL				1.472.047,45

8. Da propriedade

Todos os resultados técnicos e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos decorrente da execução do objeto do presente Termo, serão atribuídos à Funasa, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das instituições.

Dados, sistemas informáticos e tecnologias já existentes à época de assinatura desse termo, mas que venham a ser utilizados no projeto, permanecerão com a atribuição original.

Os bens remanescentes adquiridos por força deste instrumento, após a consecução do objeto, serão de propriedade da Unidade recebedora, devendo os mesmos serem utilizados em projetos de pesquisa.

9. Da vigência e prorrogação

O presente vigorará por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado, previamente acordado entre os partícipes.

As alterações poderão abranger aditivos de prazos, valores, metas e resultados, mantendo-se inalterado o objeto da avença.

O pedido de alteração do presente Termo deverá ser requerido formalmente à outra parte, com as devidas justificativas, até 30 (trinta) dias da data do término do prazo de vigência delimitado.

No caso de atraso na liberação do recurso por motivos atribuídos à unidade descentralizadora dos recursos, o prazo de vigência deste Instrumento será prorrogado "de ofício", antes de seu término, limitado ao exato período de atraso verificado.

10. Da denúncia e da rescisão

Esse TED poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais.

11. Da publicação

Este Termo de Execução Descentralizada será disponibilizado no sítio eletrônico da Funasa na internet, o que será providenciado pela unidade descentralizadora, nos termos da orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal, conforme mensagem SIAFI nº. 2012/1881011, de 05/12/2012.

12. Do foro

As controvérsias oriundas do presente TED, que não forem resolvidas entre os partícipes, serão submetidas à câmara de conciliação e arbitragem da Advocacia Geral da União, nos termos do Decreto nº 7.392/2010 e da Portaria AGU nº 1.128/2007 e com a participação da Advocacia-Geral da União, conforme art.11, da MP nº 2180-35/2001.

13. Lista de Anexos

Anexo I – DECLARAÇÃO DO PROPONETE – GESTÃO RECEBEDORA

Anexo II – PLANO DE TRABALHO

Anexo III – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Anexo IV – SALDO DOS RECURSOS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Anexo V - PRESTAÇÃO DE CONTAS – CUMPRIMENTO DO OBJETO


Anexo VI - PRESTAÇÃO DE CONTAS: RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

Anexo VII - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Anexo VIII – Documento de identificação da autoridade competente do IBICT.

14. Data e Assinaturas

16, 27 / dezembro / 2017

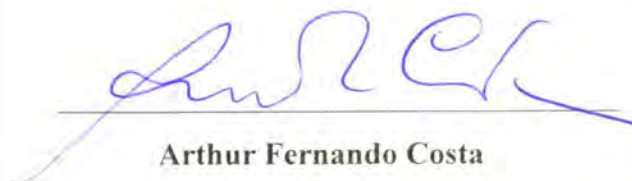


Rodrigo Sérgio Dias

Presidente

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

16, 27 / dezembro / 2017



Arthur Fernando Costa

Diretor-Substituto

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -IBICT

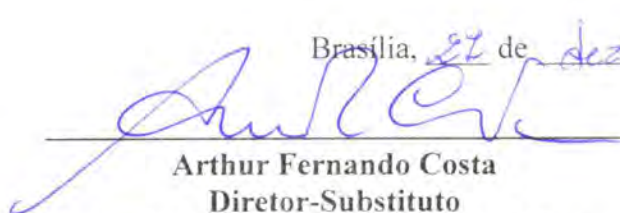


ANEXO I

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE – GESTÃO RECEBEDORA

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignada nos Orçamentos da União na forma deste Plano de Trabalho.

Brasília, 27 de dezembro de 2017.



Arthur Fernando Costa
Diretor-Substituto

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

APROVAÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADORA

Brasília, 27 de dezembro de 2017.



Rodrigo Sérgio Dias

Presidente

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA



ANEXO II

ANEXO II AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N ____/2017

PLANO DE TRABALHO

UNIDADE DESCENTRALIZADORA Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / Funasa		CNPJ 26.989.350/0001-16	
Endereço: SAUS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília - DF			
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70.070-040	Esfera Administrativa: Federal
UG/Gestão Descentralizadora: 255000/36211	Nome do Responsável: Rodrigo Sérgio Dias		CPF: 225.510.368-01
CI/Órgão Expedidor: 39561246 SSP/SP			Cargo/Função: Presidente
e-mail funcional: rodrigo.dias@funasa.gov.br			DDD/Telefone: 61 3314-6466/6619
Endereço: SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília – DF.			CEP: 70.070-0040

UNIDADE RECEBEDORA Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia		CNPJ 04082993/0001-49	
Endereço: SAUS Quadra 05 Lote 06 Bloco H, 5º andar			
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70070-912	Esfera Administrativa: Federal
UG/Gestão Descentralizadora: 240121/00001	Nome do Responsável: Arthur Fernando Costa		CPF: 146.433.831-00

CI/Órgão Expedidor: 206.210 SSP/DF	Cargo/Função: Diretor-Substituto
e-mail funcional: arthur@ibict.br	DDD/Telefone: 61 3217-6350/60
Endereço: NR BOA ESP II CH 29 GRANJA DO TORTO - LAGO NORTE - DF	CEP: 71.507-991

I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

Título do Projeto:

Pesquisa Analítica para a Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos na Amazônia Legal

OBJETO

Pesquisa e gestão da informação para apoiar as políticas sanitárias, socioambientais e de saúde por meio da gestão sustentável dos resíduos sólidos na Amazônia Legal.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Proporcionar à população da Amazônia Legal o uso de tecnologia para a gestão sustentável de seus resíduos sólidos de forma a impactar positivamente sua saúde ambiental.

Objetivos Específicos

- Realizar o diagnóstico da geração e destinação dos resíduos sólidos no contexto da Amazônia Legal;
- Disponibilizar informação de cunho científico e tecnológico sobre gestão de resíduos na região da Amazônia Legal;
- Mapear as principais tecnologias disponíveis para a destinação adequada dos resíduos sólidos alinhadas ao contexto amazônico, para que essas tecnologias possam ser utilizadas individualmente ou de modo combinado:

- Elaborar um guia de fomento a diminuição da geração de resíduos sólidos no médio/longo prazo na região;
- Realizar oficinas com agentes locais para capacitação e multiplicação dos métodos e técnicas de redução da geração de resíduos sólidos; e
- Divulgar conteúdo em publicações científicas especializadas.

JUSTIFICATIVA

Resíduos sólidos, na maioria dos casos, representam matéria-prima mal aproveitada. Eles acusam a baixa eficiência dos processos produtivos e de consumo da sociedade. Esta situação implica, por um lado, no esgotamento dos recursos naturais, e por outro, na poluição dos ecossistemas e em danos à saúde humana, quando não há destinação adequada dos resíduos. Essa é a realidade para a maioria dos municípios brasileiros. Os lixões ainda estão presentes, embora tenham diminuído bastante nos últimos anos. Ainda assim, há uma discrepância entre os municípios de acordo com seu tamanho. Nos municípios menores (até 30 mil habitantes) os índices de destinação adequada dos resíduos sólidos são baixos, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Na região norte, que engloba a maior parte da Amazônia Legal (mais o estado de Mato Grosso e alguns municípios do Maranhão e Goiás), esta realidade é especialmente problemática. Além da maior parte dos municípios serem pequenos, há condições peculiares relacionadas com a distância entre eles, além do acesso complicado em função da baixa densidade de estradas.

Esta questão se torna ainda mais complexa após a promulgação da lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta lei tem o propósito maior de promover a gestão racional dos resíduos sólidos no país, de forma a minimizar a geração, de implementar a logística reversa e de compartilhar a responsabilidade sobre a geração e destinação adequada dos resíduos. Desde então, todos os municípios do país e o Distrito Federal devem elaborar planos municipais de gestão integrada dos resíduos sólidos (PMGIRS). Tais planos implicam invariavelmente na necessidade de se conhecer a qualidade e quantidade do resíduo gerado, a fim de se elaborar medidas eficientes para minimização da geração e destinação adequada. Neste contexto, a Amazônia Legal (AL) se encontra em uma situação crítica. Trata-se de uma região extremamente sensível pelo equilíbrio que deve manter entre a conservação do bioma amazônico e o desenvolvimento das cidades. A AL contém 778 municípios, totalizando aproximadamente 25 milhões de habitantes em uma área de cerca de cinco milhões de km². Apresenta uma baixa densidade demográfica, menos de cinco habitantes por km². Contudo há uma grande



concentração nas capitais, principalmente Belém e Manaus que abrigam 14% desta população amazônica.



Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal. Fonte: site [GeoBrainStorms](#).

Com relação à geração e destinação de resíduos sólidos na região, não há estatísticas tão precisas. A secretaria nacional de saneamento básico do Ministério das Cidades faz um diagnóstico anual sobre o manejo de resíduos sólidos no Brasil. Este levantamento consta no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os dados que podem ser extrapolados para a AL referem-se à região norte como um todo. Portanto há um conhecimento fragmentado por municípios que necessita ser consolidado através da compilação da informação sobre os municípios específicos que compõem a AL. Outro problema é que este diagnóstico não é um censo, uma vez que não são todos os municípios que fornecem os dados. Na região norte, dos 450 municípios existentes, 246 (55%) participaram do último diagnóstico de 2015.

Estas condições corroboram para a necessidade de se realizar uma abordagem específica para a região da AL. Tal abordagem deve ser mais ambiciosa no sentido de almejar um conhecimento mais profundo sobre a realidade da gestão de resíduos sólidos. Isto vai permitir ações mais orientadas e eficientes para minimizar a geração dos resíduos e para identificar as melhores soluções tecnológicas para a destinação adequada destes materiais. A região amazônica demanda iniciativas mais contundentes para promover de fato o desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA

A presente proposta está orientada em três grandes blocos. O primeiro dará subsídio para os outros dois. Estes últimos ocorrerão em paralelo.

- *Diagnóstico da gestão de resíduos sólidos na Amazônia Legal*

O primeiro passo é permitir a compreensão atualizada e detalhada de como está sendo tratada a questão dos resíduos sólidos na região da Amazônia Legal. O levantamento dos dados será feito inicialmente através da aplicação de questionários semiestruturados aos responsáveis dos governos municipais que se dedicam diretamente à limpeza urbana. O plano inicial é contemplar todos os 778 municípios da região. Os questionários serão enviados após contato telefônico (e e-mail) com as secretarias municipais de limpeza urbana para identificar os colaboradores diretos da pesquisa.

O questionário focará em questões objetivas que contemplem basicamente:

- Informações socioeconômicas do município: localização, área, IDH, PIB, população, etc.;
- Informações sobre saúde pública e ambiental: índices de ocorrência de doenças zoonóticas, unidades de atendimento médico, etc.;
- Informações sobre limpeza urbana: profissionais e equipamentos utilizados, pesagem dos resíduos, presença de lixões ou aterros controlados ou aterros sanitários, capacidade de suporte destes, taxa de recolhimento, coleta seletiva, unidades de transbordo de resíduos sólidos, volume ou massa per capita de geração e coleta, consórcio intermunicipais, tipificação dos resíduos, etc.

As informações socioeconômicas e sobre saúde pública poderão sempre que possível ser levantadas nos documentos oficiais governamentais como os produzidos pelo IBGE, IPEA e outras instituições semelhantes.

A taxa de retorno dos questionários será acompanhada periodicamente e ao atingir a metade do período proposto para levantamento dos dados será realizada uma análise crítica da quantidade e qualidade das respostas. Tal análise servirá para tomada de decisões sobre uma redefinição do universo amostral assim como a definição de estratégias para incremento da qualidade das respostas.

As respostas serão compiladas para se construir o diagnóstico da gestão de resíduos sólidos na região. Ao final desta fase, será entregue um sistema informacional online para disponibilização dos dados do diagnóstico à sociedade.



Para esta fase da pesquisa serão necessários três pesquisadores plenos para a construção do questionário e compilação final dos resultados, cinco assistentes de pesquisa para levantamento dos dados (contato telefônico, envio dos questionários, acompanhamento das respostas e registro das respostas) e dois pesquisadores plenos para o desenvolvimento de sistema informacional para disponibilização pública dos resultados do diagnóstico.

- *Metodologia para minimização da geração de resíduos sólidos na Amazônia Legal*

Nesta fase da pesquisa, os resultados do diagnóstico determinarão a escolha dos municípios chave para realização de visitas técnicas. Nestas visitas os profissionais conhecerão de fato o sistema de gestão dos resíduos sólidos e sua relação com a saúde pública da comunidade. O foco das visitas deverá ser em municípios problemáticos, onde o índice de coleta dos resíduos é baixo, a destinação não está adequada e a comunidade tenha problemas visíveis com contaminação do solo e de corpos hídricos. Também deverão ser visitados municípios que apresentem casos de sucesso, com coleta eficiente, destinação adequada e participação ativa da comunidade. Uma análise criteriosa destes casos será realizada a fim de compreender os motivos que levaram à boa gestão e de que forma eles poderiam ser replicados na região. Nestas visitas deverão participar os pesquisadores diretamente envolvidos na fase do projeto, além dos assistentes de pesquisa e gestores do projeto, quando for pertinente.

A atividade seguinte é a realização de um estudo panorâmico sobre o desenvolvimento de métodos e técnicas para a redução da geração de resíduos sólidos. Neste estudo deverão ser levantadas as principais e as mais atuais práticas voltadas à minimização da geração de resíduos. Os temas de ecodesign, produção mais limpa, economia circular, pensamento do ciclo de vida e temas correlatos deverão ser incluídos no estudo, assim como a análise dos impactos ambientais para verificar os benefícios ou malefícios das técnicas adotadas. É muito importante contextualizar cada estudo levantado nesta pesquisa. As realidades dos locais onde tais técnicas são aplicadas podem ser muito distintas e essa condição pode ser um fator crítico para determinar a adequação destas à realidade amazônica.

Os resultados do referido estudo embasarão a elaboração de um *guia metodológico* e de *oficinas* para conscientização e capacitação de pessoas nos municípios chave. As oficinas deverão atingir quatro públicos distintos: a sociedade civil, o setor de comércio e serviços, a indústria e o governo. Os objetivos das oficinas são:

- Apresentar os resultados do estudo sobre o estado-da-arte da redução da geração de resíduos sólidos;



- Conscientizar as comunidades sobre a importância de se minimizar a geração dos resíduos;
- Discutir as técnicas para minimização da geração de resíduos nas especificidades de cada município;
- Construir com os distintos públicos planos básicos de minimização específicos para cada um;
- Definir grupos de trabalho responsáveis diretos pela aplicação dos planos básicos.

Os planos básicos deverão passar a planos executivos nos casos em que sejam necessárias ações mais estruturantes. O desenvolvimento destas ações será monitorado pela equipe do projeto de forma a analisar o grau de avanço e as razões nos casos de fracasso. Tanto as oficinas quanto o monitoramento das ações serão realizadas pelos profissionais dedicados a esta fase.

- *Análise de tecnologias para destinação adequada dos resíduos sólidos na Amazônia Legal*

Esta fase da pesquisa está focada na identificação das tecnologias mais adequadas para destinação dos resíduos sólidos no contexto amazônico. Ela iniciará com um levantamento abrangente das principais tecnologias utilizadas no Brasil e no mundo. É importante destacar a relevância, os custos, o grau de aplicação, a situação socioeconômica na qual as tecnologias são aplicadas.

Após este levantamento, as tecnologias identificadas serão confrontadas com critérios de ordem técnica, econômica e socioambiental relativos à realidade amazônica. Esta ação visa identificar o grau de adequação de cada tecnologia, de forma a garantir que elas sejam customizadas para as demandas específicas de cada local onde poderão potencialmente ser instaladas. Para esta etapa serão necessários dois pesquisadores plenos para o estudo das principais tecnologias de destinação e para a análise classificatória das tecnologias.

Para todas as fases haverá um gestor principal do projeto que coordenará toda a dinâmica da pesquisa, viabilizando os contatos entre as partes interessadas, monitorando o cronograma e as despesas, supervisionando a elaboração dos relatórios, entre outras atividades de gestão.



RESULTADOS ESPERADOS

- Sistema informacional contemplando dados atualizados sobre a geração e destinação de resíduos sólidos na Amazônia Legal;
- Metodologia para gestão integrada de resíduos sólidos na Amazônia Legal;
- Guia metodológico para redução da geração de resíduos sólidos no contexto amazônico;
- Subsídio com informações acerca deste tema aos Gestores e tomadores de decisão das três esferas do governo;
- Cursos de capacitação para orientação quanto a minimização e gestão de resíduos sólidos para a realidade da Amazônia Legal;
- Relatório final do projeto.



No Quadro 1 estão dispostas as metas a serem atingidas, etapas/fases, produtos e resultados esperados do projeto.

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Produtos	Resultados esperados	Indicador Físico	
					Unidade Medida	Qde
1 ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA						
1.1	Configuração da pesquisa.	1.1.1-Estabelecimento de equipe técnica do projeto; 1.1.2-Definição de diretrizes e fases da pesquisa.	Equipe técnica estabelecida Plano de trabalho elaborado	Formação de equipe multidisciplinar especializada em resíduos sólidos e gestão ambiental na região amazônica	Equipe	1
2 REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL						
2.1	Diagnóstico da situação atual	2.1.1-Definição de metodologia de levantamento diagnóstico;	- Metodologia do diagnóstico elaborada; - Diagnóstico da geração e destinação de resíduos sólidos na Amazônia Legal em sistema informacional específico.	Identificação da situação atual; Conscientização sobre a gestão dos resíduos sólidos na Amazônia Legal	Unidades	1
		2.1.2-Coleta de dados definidos na metodologia;			Unidades	1
		2.1.3-Análise e sistematização dos dados coletados;			Unidades	1
		2.1.4-Disponibilização do diagnóstico em Observatório de dados;			Unidades	1
3 DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA						
3.1	Metodologia para minimização de geração de resíduos	3.1.1-Estado da arte de métodos de redução de geração de resíduos sólidos;	Panorama dos métodos de redução de geração de resíduos sólidos;	Conscientização de amostra da população da Amazônia Legal sobre	Unidades	1

	3.1.2-Elaboração e publicação de guia de minimização de geração de resíduos sólidos;	Guia para minimização de geração de resíduos sólidos;	técnicas para minimizar a geração de resíduos sólidos;	1
	3.1.3-Implantação e avaliação da aplicação do guia em 3 cidades piloto	Estudos piloto da aplicação do guia de minimização dos resíduos sólidos	Identificar as cidades que farão parte do Projeto Piloto; Elaboração do Guia sobre a Geração de Resíduos Sólidos.	3
REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA				
4.				
	Tecnologias de destinação de resíduos sólidos	4.1.1-Estado da arte de tecnologias de destinação de resíduos sólidos;	Conscientização de amostra da população da Amazônia Legal sobre técnicas para destinação adequada de resíduos sólidos;	1
4.1		4.1.2-Elaboração de estudo de aplicabilidade de tecnologias de destinação de resíduos sólidos;	Seleção de tecnologias; Relatório contendo o estudo da aplicabilidade.	1
DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA				
5.				
	Consolidação da pesquisa	5.1.1 Publicações científicas com os resultados da pesquisa;	Disseminação de informação científica e tecnológica sobre gestão de resíduos sólidos na Amazônia Legal;	3
5.1		5.1.2 Eventos de apresentação da pesquisa;	Publicações realizadas; Discussão sobre o tema junto à sociedade civil.	1

III - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (MEMÓRIA DE CÁLCULO).

No Quadro 2 está apresentado o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros para os 24 meses de execução do projeto, tendo início em janeiro de 2018 e término previsto para dezembro de 2019. Está destacado para cada Meta um valor total e o valor para cada produto.

Quadro 2 – Plano de aplicação dos recursos financeiros (Memória de cálculo).

Meta	Produtos por Meta	Valor Meta (R\$)	1º ano			2º ano			Valor Produto (R\$)
			Jan/18 a abr/18	mai/18 a ago/18	set/18 a dez/18	jan/19 a abr/19	mai/19 a ago/19	set/19 a dez/19	
1	ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	73.602,37							
1.1	Equipe técnica estabelecida		14.720,48						14.720,48
1.2	Plano de trabalho elaborado			58.881,89					58.881,89
2	REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL.								
2.1	Metodologia do diagnóstico elaborada			103.602,38					103.602,38
2.2	Diagnóstico da geração e destinação de resíduos sólidos na Amazônia Legal em sistema informacional específico	294.409,49			190.807,11				190.807,11
3	DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA								
3.1	Panorama dos métodos de redução de geração de resíduos sólidos				98.136,58				98.136,58
3.2	Guia para minimização de geração de resíduos sólidos	441.614,24				97.589,50			97.589,50
3.3	Estudos piloto da aplicação do guia de minimização dos resíduos sólidos						245.888,16		245.888,16

Quadro 2 - Plano de aplicação dos recursos financeiros (Memória de cálculo). (continuação)

Meta	Produtos por Meta	Valor Meta (R\$)	1º ano				2º ano				Valor do Produto (R\$)
			Jan/18 a abr/18	mai/18 a ago/18	set/18 a dez/18	jan/19 a abr/19	mai/19 a ago/19	set/19 a dez/19			
4	REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA	220.807,12		110.403,56							
4.1	Panorama das tecnologias de destinação de resíduos sólidos			110.403,56							110.403,56
4.2	Cartilha para aplicação de tecnologias de destinação de resíduos sólidos				110.403,56						110.403,56
5	DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA										
5.1	Artigos científicos sobre minimização e destinação adequada de resíduos sólidos na Amazônia Legal	441.614,24							110.403,58		
5.2	Seminário "Gestão de resíduos sólidos na Amazônia legal – atualidade e perspectivas"									331.210,66	
	TOTAL	1.472.047,45									
	VALOR DO DESEMBOLSO		1ª PARCELA	576.552,00		2ª PARCELA	895.495,45				

IV - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para execução do objeto de parceria entre FUNASA e IBICT a ser estabelecida entre as partes, está previsto um valor total de **R\$ 1.472.047,45** (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e cinco centavos) a ser descentralizado pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa para execução física e financeira do objeto pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia nos termos estabelecidos no presente plano de trabalho. A transferência de recurso deverá ser conforme o cronograma no Quadro 3.

Quadro 3 – Cronograma de desembolso pela FUNASA.

Nº parcela	Exercício	Natureza da despesa	Período de Execução	Valor (R\$)
1ª	2017	33.80.39 - serviço de terceiros pessoa jurídica	Dezembro/2017 a novembro/2018	576.552,00
Subtotal (A)				
2ª	2018	33.90.39 - serviço de terceiros pessoa jurídica	Dezembro/2018 a novembro/2019	895.495,45
Subtotal (B)				
Total (A + B)				1.472.047,45

V – PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO E CRONOGRAMA DE CONCLUSÃO DAS ETAPAS PROGRAMADAS.

O prazo de execução será de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, totalizando 02 (dois) anos. No Quadro 3 constam o início e o final de cada Meta e Etapa/Fases do Projeto.



Quadro 3 - Cronograma Físico das Etapas/Fases do projeto.

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Período de Execução	
			Unidade Medida	Qtde	Início	Término
1	ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA					
	Configuração da pesquisa.	1.1.1-Estabelecimento de equipe técnica do projeto;	equipe	1	jan/18	mar/18
1.1		1.1.2-Definir diretrizes e fases da pesquisa.	un.	1	jan/18	mar/18
2	REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL					
	Diagnóstico da situação atual	2.1.1-Definição de metodologia de levantamento diagnóstico;	Unidade	1	mar/18	jun/19
		2.1.2-Coleta de dados definidos na metodologia;	Unidade	1	mar/18	jun/19
2.1		2.1.3-Análise e sistematização dos dados coletados;	Unidade	1	mar/18	jun/19
		2.1.4-Disponibilização do diagnóstico em Observatório de dados;	Unidade	1	mar/18	jun/19
3	DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA					

	Metodologia para minimização de geração de resíduos	3.1.1-Estudo da arte de métodos de redução de geração de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
		3.1.2-Elaboração e publicação de guia de minimização de geração de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
		3.1.3-Implantação e avaliação aplicação do guia em 3 cidades piloto;	Unidade	3	mar/18	jun/19
4	REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA					
	Tecnologias de destinação de resíduos sólidos	4.1.1-Estudo da arte de tecnologias de destinação de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
4.1		4.1.2-Estudo de aplicabilidade de tecnologias de destinação de resíduos sólidos;	Unidade	1	mar/18	jun/19
5	DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA					
	Consolidação da pesquisa	5.1.1-Publicação científicas com os resultados da pesquisa;	Unidade	3	mai/19	dez/19
5.1		5.1.2-Eventos de apresentação da pesquisa;	Unidade	1	mai/19	dez/19

ANEXO III
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro 1 – Memória de Cálculo.

Meta	Produtos por Meta	Valor Meta (R\$)	1º ano				2º ano				Valor Produto (R\$)
			Jan/18 a abr/18	mai/18 a ago/18	set/18 a dez/18	jan/19 a abr/19	mai/19 a ago/19	set/19 a dez/19			
1	ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	73.602,37									
1.1	Equipe técnica estabelecida		14.720,48								14.720,48
1.2	Plano de trabalho elaborado			58.881,89							58.881,89
2	REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL.										
2.1	Metodologia do diagnóstico elaborada			103.602,38							103.602,38
2.2	Diagnóstico da geração e destinação de resíduos sólidos na Amazônia Legal em sistema informacional específico	294.409,49			190.807,11						190.807,11
3	DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA										
3.1	Panorama dos métodos de redução de geração de resíduos sólidos							98.136,58			98.136,58
3.2	Guia para minimização de geração de resíduos sólidos	441.614,24					97.589,50				97.589,50
3.3	Estudos piloto da aplicação do guia de minimização dos resíduos sólidos								245.888,16		210.341,16

Quadro 1 – Memória de Cálculo (continuação).

Meta	Produtos por Meta	Valor Meta (R\$)	1º ano			2º ano			Valor do Produto (R\$)
			Jan/18 a abr/18	mai/18 a ago/18	set/18 a dez/18	jan/19 a abr/19	mai/19 a ago/19	set/19 a dez/19	
4	REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA	220.807,12		110.403,56					
4.1	Panorama das tecnologias de destinação de resíduos sólidos								110.403,56
4.2	Cartilha para aplicação de tecnologias de destinação de resíduos sólidos				110.403,56				107.403,56
5	DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA								
5.1	Artigos científicos sobre minimização e destinação adequada de resíduos sólidos na Amazônia Legal	441.614,24					110.403,58		90.403,57
5.2	Seminário "Gestão de resíduos sólidos na Amazônia legal – atualidade e perspectivas"							331.210,66	300.210,66
6	TOTAL	1.472.047,45							
6.1									
9	VALOR TOTAL DO DESEMBOLSO		1ª PARCELA	576.552,00	2ª PARCELA	895.495,45			1.472.047,45

ANEXO IV
SALDO DOS RECURSOS – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Termo de Execução Descentralizada nº ____/2017 celebrado entre FUNASA (unidade descentralizadora dos recursos) e IBICT (unidade recebedora dos recursos), teve como objeto as condições sanitárias, socioambientais e de saúde por meio da gestão sustentável dos resíduos sólidos na Amazônia Legal.

Para a execução do objeto pactuado entre as partes, definiu-se o seguinte plano de aplicação dos recursos:

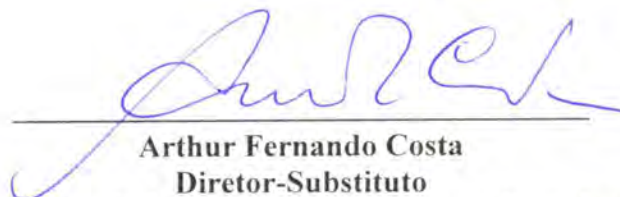
ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA	VALOR POR EXERCÍCIO	TOTAL
		2017	

A execução do plano de aplicação delimitado pode ser demonstrada na tabela a seguir:

EXECUÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	NAT. DA DESPESA	VALOR REPASSADO	VALOR GASTO	SALDO
EX: Bolsa	Auxílio financeiro para estudantes	339018	R\$	R\$	R\$
SALDO A DEVOLVER					R\$

Por todo o exposto, atesto a não existência de recursos para devolução à Unidade Descentralizadora dos Recursos / ou realizo a devolução do saldo de recursos remanescentes no valor R\$ XXXX (por extenso), conforme comprovante em anexo.

Brasília, 27 de dezembro de 2017.



Arthur Fernando Costa
Diretor-Substituto
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

ANEXO V
PRESTAÇÃO DE CONTAS – CUMPRIMENTO DO OBJETO

O Termo de Execução Descentralizada nº _____/2017 celebrado entre FUNASA (unidade descentralizadora dos recursos) e IBICT (unidade recebedora dos recursos), teve como objeto as condições sanitárias, socioambientais e de saúde por meio da gestão sustentável dos resíduos sólidos na Amazônia Legal.

Para a execução do objeto pactuado entre as partes, definiram-se as seguintes metas:

Meta	Etapas/Fases	Indicador	Nº	Início	Término
1					
2					

Considerando o cronograma pactuado e a forma de aferição definida para o alcance das metas, detalha-se a seguir as atividades desenvolvidas que evidenciam o cumprimento do objeto celebrado.

Meta 1 - XXXXX

A meta 1 foi atingida com o desenvolvimento (Fundamentação do alcance da meta pactuada).

Meta 2 - XXXXX

A meta 2 foi atingida com o desenvolvimento (Fundamentação do alcance da meta pactuada)

Capacitados pelo Termo

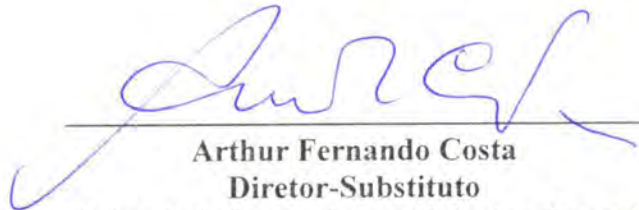
Capacitados pelo Termo		
Nome	CPF	XXXX

Serviços Prestados (se for o caso)		
Serviço	Descrição	XXXX

Conclusão e demais considerações necessárias

Por todo o exposto, atesto o alcance do objeto pactuado e encaminho a presente prestação de contas para avaliação e análise da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Unidade Descentralizadora dos Recursos.

Brasília, 21 de dezembro de 2017.



Arthur Fernando Costa
Diretor-Substituto
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

ANEXO VI

PRESTAÇÃO DE CONTAS: RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

1 - Nome do Órgão ou Entidade, conforme contido no Cartão do CNPJ		2 - Nº do Processo		3 - Termo de Execução Descentralizada N°/Ano:						
4 - Tipo da Prestação de Contas										
4.1 - Parcial: Período de Execução da Parcela N°:			De							
4.2 - Final: Período de Execução do Termo de Execução Descentralizada:			De							
5 - Receita	6 - Número	7 - Favorecido	8 - CNPJ/CPF do Favorecido	9 - Licitação	10 - Documento		11 - Pagamento		12 - Elemento de Despesa	13 - Valor
					10.1 - Tipo	10.2 - Número	10.3 - Data	11.1 - OB/TED	11.2 - Número	11.3 - Data
14 - Total										
15 - Total Acumulado										
16 - Autenticação										
Data			Nome do Dirigente ou do Representante Legal				Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal			

ANEXO VII
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Período de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2019.

Quadro 1 – Cronograma de execução do termo descentralizado.

Meta	Descrição	1º ano			2º ano		
		jan/17 a abr/18	mai/18 a ago/18	set/18 a dez/18	jan/19 a abr/19	mai/19 a ago/19	set/19 a dez/19
1	ELABORAR PROJETO DE PESQUISA CONTEMPLANDO DIRETRIZES TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO AMAZÔNICA						
1.1	Estabelecimento de equipe técnica do projeto.	X					
1.2	Definir diretrizes e fases da pesquisa.	X					
2	REALIZAR DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO ATUAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMAZÔNIA LEGAL.						
2.1	Definir metodologia de levantamento diagnóstico	X					
2.2	Coletar dados definidos na metodologia	X	X	X			
2.3	Analisar e sistematizar dados coletados	X	X				
2.4	Disponibilizar diagnóstico em Observatório de dados				X		
3	DEFINIR MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA MINIMIZAR A GERAÇÃO DE RESÍDUOS NA REGIÃO AMAZÔNICA						
3.1	Estado-da-arte de métodos de redução de geração de resíduos sólidos	X	X	X			
3.2	Elaborar e publicar guia de minimização de geração de resíduos sólidos			X	X		
3.3	Organizar e realizar oficinas do guia em 3 cidades piloto				X	X	
4	REALIZAR LEVANTAMENTO DAS TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EXISTENTES E SUA APLICABILIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA						
4.1	Estado-da-arte de tecnologias de destinação de resíduos sólidos	X	X	X			
4.2	Elaborar estudo de aplicabilidade de tecnologias de destinação de resíduos sólidos			X	X		
5	DISSEMINAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA PESQUISA						

5.1	Realizar publicações científicas com resultados de pesquisa								X	X
5.2	Eventos de apresentação da pesquisa								X	X

DATA E ASSINATURAS

<p>Brasília, <u>27</u> de <u>dezembro</u> de 2017.</p>  <p>Rodrigo Sérgio Dias Presidente Fundação Nacional de Saúde – FUNASA</p>	<p>Brasília, <u>27</u> de <u>dezembro</u> de 2017.</p>  <p>Arthur Fernando Costa Diretor-Substituto Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT</p>
---	--

Anexo VIII

Documento de identificação da autoridade competente do IBICT.
